417 - EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO FOMENTO A UMA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA JUSTA NA COP27

João Victor Lessa da Silva[(1)]
Graduando em Engenharia Ambiental pela Escola Politécnica da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. Integrante do Projeto LUPPA Rio – UFRJ. Técnico em Meio Ambiente pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro – IFRJ, campus Rio de Janeiro.
Danielle de Oliveira Felix Freitas [(2)]
Graduanda em Engenharia Ambiental pela Escola Politécnica da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. Integrante do Projeto LUPPA Rio – UFRJ.
Artur Souza e Silva[(3)]
Físico e Mestrando em Engenharia Nuclear na Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ Integrante do Projeto LUPPA Rio – UFRJ.
Raissa André de Araujo[(4)]
Engenheira Ambiental e Mestranda do Programa de Engenharia Ambiental na Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Integrante do Projeto LUPPA Rio – UFRJ.
Monica Pertel [(5)]
Professora Adjunta do Departamento de Recursos Hídricos e Meio Ambiente (DRHIMA) da Escola Politécnica da Universidade Federal do Rio de Janeiro - Poli/UFRJ.

Endereço[(1)]**:** Rua Homero Pinto Caputo, 338, Complemento 102 - Bangu – Rio de Janeiro - RJ - CEP: 21863-080 - Brasil - Tel: +55 (21) 97030-3602 - e-mail: joao.lessa@poli.ufrj.br

RESUMO

A preocupação global com as mudanças climáticas está presente nas discussões das Conferências das Partes - COP, espaço com participação dos Governos Mundiais, academia e sociedade civil. Entre as pautas, destacam-se os impactos ambientais do setor energético não-renovável, pela sua participação considerável na potencialização do efeito estufa e agravamento da crise climática. O tema é visto nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS, mais especificamente ODS 7: Energia Limpa e Acessível, para que haja o enfrentamento das emergências climáticas considerando a inclusão e sustentabilidade na tomada de decisões. Visando a elaboração de um documento a ser apresentado na 27ª edição de COP, com foco em Transição Energética Justa - TEJ, foi formado um grupo pela Liga pela Universalização da Participação em Políticas Públicas Ambientais da UFRJ - LUPPA Rio, Instituto Internacional Arayara, Instituto de Estudos Avançados da USP – IEA, e o Sindicato dos Petroleiros - Sindipetro. Este trabalho teve como objetivo apresentar a participação da extensão universitária em uma coalização para o debate da TEJ e reafirmar a potência de projetos de extensão como instrumentos de comunicação e formação de políticas públicas. O resultado da parceria foi a "Cartilha para uma Transição Energética Justa do Petróleo", apresentada na COP 27, na mesa "Transição Energética Justa no Brasil: Caminhos para o setor de petróleo e gás", organizada pelo *Brazil Climate Action Hub*. A repercussão do documento durante o evento fez com que agentes políticos, cotados para assumirem cargos importantes no governo nacional, assumissem compromissos com as propostas elencadas. A participação de um projeto de extensão na elaboração de um documento com um alto alcance político é importante devido as ferramentas de inclusão das comunidades, as quais facilitam o acesso da sociedade civil à produção científica da academia. A partir do exposto, percebe-se que para debater políticas públicas, de diferentes temas e esferas, é de grande relevância introduzir a extensão universitária, como uma perspectiva importante para a democratização da construção desses atos.

PALAVRAS-CHAVE: Transição Energética, Justiça Social, Participação Popular, Mudanças Climáticas, Energia Limpa.

INTRODUÇÃO

O debate sobre as mudanças climáticas antropogênicas tomou força a partir da intensificação de seus impactos sinérgicos. Recentemente, foi possível perceber como o Brasil está sofrendo por conta da intensificação de eventos climáticos extremos, resultado dessas alterações no clima (ONU, 2020). Essa preocupação está

presente nas discussões das Conferências das Partes - COP, espaço com abertura para Governos, academia e sociedade civil. A COP é um evento onde a União Europeia e os 196 países signatários da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, também conhecida pela sigla *UNFCCC* pelo seu nome em inglês (*United Nations Framework Convention on Climate Change*), debatem e planejam medidas para retardar o aquecimento global antropogênico.

Entre as pautas, destacam-se os impactos ambientais do setor energético não-renovável, pela sua participação considerável na potencialização do efeito estufa e agravamento da crise climática. A matriz energética mundial é majoritariamente estruturada em fontes não-renováveis de origem fóssil. Destacam-se os usos de carvão mineral, gás natural e petróleo e seus derivados, os quais juntos correspondem a aproximadamente 80% da matriz energética mundial (IEA, 2022). Dentre as principais fontes antropogênicas de poluentes atmosféricos e de gases potencializadores de efeito estufa - GEEs, a queima de combustíveis fósseis, seja pra geração de energia, para transporte ou para uso industrial, é a principal a ser debatida (IPCC, 2022). Essa necessidade reflete no Objetivo de Desenvolvimento Sustentável – ODS, nº 13: Ações contra a Mudança Global do Clima, o qual estabelece como meta a integração da pauta climática nas políticas e planejamentos estratégicos dos governos, incluindo o planejamento energético.

A partir do momento em que se foca no território brasileiro, o debate sobre energia sofre mudanças drásticas. As emissões de gases potencializadores do efeito estufa no Brasil estão atreladas, principalmente, ao uso e ocupação do solo (desmatamento e agropecuária) e ao sistema de geração de energia do país (SEEG, 2021). Segundo o Balanço Energético Nacional de 2022, a matriz energética nacional tem uma participação de fontes renováveis de 44,7%, tratando dos setores energéticos, industriais e de transporte. Quanto a Matriz Elétrica, 78,1% de geração de energia em 2021 foi proveniente de fontes renováveis, destacando-se a geração eólica, com um crescimento de 26,7% em relação ao ano anterior (EPE, 2022). Contudo, políticas públicas recentes, motivadas pela crise hídrica que marcou o país nos anos 2020 e 2021, forneceram subsídios para a expansão de geração de energia não-renovável, as quais passaram por processos de licenciamento ambiental de forma célere com a justificativa de serem empreendimentos de alto interesse público. Esses instrumentos resultaram num aumento de 46,2% na geração de energia à gás natural, fonte fóssil e não-renovável, segundo o balanço da Empresa de Pesquisa Energética – EPE.

O aumento do uso de fontes fósseis para a geração de energia está associado ao aumento de emissões de GEEs e a impactos diretos na saúde pública e qualidade de vida das populações vizinhas a esses empreendimentos. Dessa forma, é necessário pensar em formas de melhorar o sistema de geração de energia atual, pensando nas possíveis crises e na diminuição da emissão desses compostos. Surge, então, o movimento para uma nova Transição Energética. Esse processo consiste na alteração da matriz energética. Ao longo da história outras transições ocorreram, como por exemplo a transição do carvão para o petróleo. A diferença da transição atual é que, além de buscar melhora na eficiência do sistema energético, busca-se diminuir os impactos ambientais causados por este setor, migrando para fontes de energia mais limpas e renováveis. Entretanto, os avanços da geração de energia renovável refletiram em diferentes conflitos socioambientais, uma vez que a forma em que esses empreendimentos foram instalados se deu de forma irresponsável, colocando em risco a subsistência de diferentes comunidades. Com isso, é preciso pensar só na mudança de matriz, mas também na universalização do acesso à energia para todos os povos, de forma participativa e democrática, respeitando as características sociais dos territórios, definindo então a Transição Energética Justa - TEJ.

A complexidade do tema faz com que a academia surja como agente essencial para a comunicação científica e engajamento da participação popular na construção de políticas públicas. O tripé universitário pode colaborar de diferentes formas, com a capacitação de profissionais através do ensino ou pelo desenvolvimento de tecnologias e epstemologias com a pesquisa. Porém, o terceiro tripé, muitas vezes esquecido pela própria academia, possui um conceito e aplicação com um potencial diferente. A Política Nacional de Extensão Universitária, 2012, conceitua esse tripé:

> *"A Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade".*

Sendo assim, através da extensão universitária há a possibilidade de interlocução entre diferentes setores da sociedade civil e os saberes acadêmicos, o que favorece a responsabilidade técnica e social das tomadas de decisão.

OBJETIVOS

A partir dessa demanda, este trabalho teve como objetivo apresentar a participação da extensão universitária em uma coalização para o debate da transição energética justa - TEJ, debater os conflitos socioambientais envolvidos no processo de TEJ e reafirmar a potência de projetos de extensão como agentes comunicadores e formadores de políticas públicas.

METODOLOGIA

A metodologia para investigar a importância da participação da extensão universitária na proposição de políticas públicas democráticas consiste principalmente em um estudo de caso, onde o agente focal é um projeto de extensão. Cabe destacar que durante o caso utilizou-se de pesquisa bibliográfica e empírica para a elaboração do resultado final.

Visando a elaboração de um documento a ser apresentado na COP 27, com foco em TEJ, foi formado um grupo de trabalho - GT. Esse grupo consistia na participação de uma organização da sociedade civil - OSC, uma instituição de pesquisa, representantes sindicais do setor do petróleo e um projeto de extensão universitária. A OSC era o Instituto Internacional Arayara, uma organização especializada em ativismo e litigância da pauta climática, principalmente no que tange o setor de energia fóssil. A instituição de pesquisa integrante do GT era o Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo – USP, com pesquisadores do Núcleo USP Cidades Globais pautando governança e gestão ambiental pública. Pra representar os trabalhadores do setor fóssil, os quais são os impactados diretamente pelo fim da exploração desses componentes, o GT contou com a participação de Líderes Sindicais do Sindicato de Petroleiros do Rio de Janeiro – Sindipetro. Por fim, o projeto de extensão Liga pela Universalização da Participação em Políticas Públicas Ambientais – LUPPA Rio, agente foco deste estudo, trouxe mais uma perspectiva acadêmica, dessa vez focada na participação popular para a formulação de políticas democráticas.

A elaboração do documento alvo do GT ocorreu de forma colaborativa. Foram realizadas reuniões semanais de julho a outubro de 2022, de maneira remota, para a discussão de quais, quantos e como seriam elaborados princípios para a TEJ do petróleo. Nessas reuniões, foram construídos documentos coletivos, utilizando a plataforma digital Google *Documents*, onde cada integrante pode alterar, sugerir e propor ideias para o trabalho. O objetivo principal desta etapa foi desenvolver uma perspectiva em comum de todos os agentes envolvidos no GT, ressaltando as necessidades de cada setor envolvido e quais potenciais problemas poderiam surgir durante o processo de implementação de políticas relacionadas à temática.

A etapa anterior resultou em noções preliminares de quais ideias deveriam ser destacadas no processo de TEJ. Com isso, abriu-se o debate para setores considerados importantes para o desenvolvimento da proposta. Cada integrante do GT ficou responsável de contactar agentes diferentes, o que resultou num total de 11 colaboradores. Destacam-se especialistas de diferentes áreas do setor de energia, Organizações Não Governamentais focadas em trabalhar acesso à energia limpa e lideranças de povos tradicionais, os quais se encontram em conflitos socioambientais com grandes empreendimentos de geração de energia renovável.

Reunido o material coletado, foi possível estipular princípios essenciais para a TEJ. Oito princípios foram criados e cada instituição integrante do grupo foi responsável por desenvolver a argumentação de dois princípios, porém todas tinha a obrigação de revisar e propor melhorias para todos os princípios. Além disso, houve a elaboração da contextualização do assunto, com o foco em uma estrutura informativa acessível a todos os níveis educacionais. Por fim, mais reuniões foram realizadas para revisão e finalização do documento, o qual foi traduzido e impresso.

Quanto à participação do Projeto LUPPA Rio, foi criado um grupo de trabalho interno, o qual seguiu a metodologia anteriormente descrita. Os extensionistas realizaram pesquisas para aprofundamento no conteúdo, entrevistas com especialistas e lideranças comunitárias e participaram ativamente da escrita do documento.

RESULTADOS

Em primeiro momento, a necessidade de abandonar o uso de fontes fósseis foi consenso entre os integrantes. Os representantes da OSC ressaltaram o fato de que gás natural não é matriz renovável e que há um movimento político muito forte para que esse material seja incluso nas políticas de transição energética. Os pesquisadores foram assertivos quanto à necessidade de políticas públicas efetivas e participativas na construção de uma transição energética, assim como um planejamento estratégico para viabilizar a TEJ. Os representantes sindicais destacaram que não há transição energética sem financiamento, e esses recursos devem ser advindos do mercado petrolífero brasileiro e que os trabalhadores do setor entendem a necessidade da transição, porém estão receosos quanto a estabilidade. Sendo assim, ressaltou que as empresas de petróleo brasileiras devem servir ao povo, auxiliando na transição energética, e fasear o processo de transição, abandonando o petróleo gradualmente e capacitando seus profissionais. Os extensionistas voltaram a destacar a transição faseada e a consciência da realidade brasileira, onde existem inúmeras comunidades sem acesso à energia elétrica. Afirmaram, também, que a metodologia de construção de políticas participativas para TEJ deve ser pensada de forma estratégica e acessível, uma vez que os espaços de participação popular são construídos para afastar os cidadãos desses processos.

Os especialistas consultados concordaram em grande parte com o debate interno do grupo. Porém, salientaram a sensibilidade que a TEJ pode causar na economia nacional, uma vez que o setor do Petróleo é um importante fator. Além disso, ressaltaram a necessidade de descentralização na geração de energia, de forma que o setor não fique estruturado em apenas uma matriz. A proposição, então, consistiu em inserir a responsabilidade econômica e descentralização da matriz energética nos princípios. Os líderes de comunidades tradicionais também estavam de acordo com os debates iniciais. Agregaram no documento os conflitos socioambientais existentes. O líder Quilombola consultado, o qual possui um complexo de geração eólica em seu território, no Estado do Ceará, atestou problemas econômicos, como o afastamento de cardumes por conta dos ruídos emitidos pelos aerogeradores, mas também destacou problemas sociais, como casos de estupro durante o processo de construção do empreendimento e os chamados “filhos do vento”, crianças nascidas da relação entre trabalhadores temporários e mulheres do quilombo, cujos pais abandonam após o tempo de serviço Então, propuseram o reconhecimento e o respeito dos territórios tradicionais como fator essencial para o alcance de uma TEJ, dando ênfase a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT, a qual assegura direitos territoriais à povos tradicionais e povos extrativistas tradicionais. O projeto LUPPA Rio ficou com a responsabilidade de entrevistar dois especialistas da academia, ambos que trabalham com a pasta de eficiência energética e meio ambiente, e com o líder quilombola citado anteriormente.

Ao final das reuniões de trabalho e elaboração dos princípios, chegou-se aos seguintes itens:

- 1 - Governança e Participação Popular - Governança participativa multinível pautada pela autodeterminação, que efetivamente inclua as comunidades tradicionais;
- 2 - Papel das Empresas de Petróleo na Transição Justa do Petróleo no Brasil - Petrobras como empresa pública de energia, protagonista da transição energética, democraticamente a serviço do povo brasileiro e do desenvolvimento do País;
- 3 - Trabalhadores e empregos pelo clima - Inclusão dos trabalhadores do setor fóssil na Transição Energética com capacitação e incentivo a geração de empregos verdes, desenvolvendo o potencial humano e criando oportunidades;
- 4 - Política Energética - Criação de políticas públicas participativas, as quais fomentem o investimento em estratégias para fasear a Transição Energética Justa;
- 5 - Justiça Social - Garantir o acesso à energia como elemento essencial à justiça social, combatendo o racismo ambiental e energético e promovendo o bem viver.;
- 6 - Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico - Incentivar o desenvolvimento tecnológico nacional de energia limpa, a pesquisa e a educação climática.;
- 7 - Economia Ecológica Regenerativa - Promover a resiliência ecológica, reduzir o consumo de recursos, restaurar a biodiversidade e os modos de vida tradicionais; e
- 8 - Caminho para deixar o petróleo no chão - Planejar e implementar de maneira faseada o descomissionamento do petróleo e outros combustíveis fósseis, reduzindo a expansão das áreas de exploração.

Cada princípio teve seu desenvolvimento, os quais resultaram no documento "Cartilha para uma Transição Energética Justa do Petróleo". Os princípios desenvolvidos pelo projeto de extensão foram: o princípio 1, focado na área de atuação do projeto, onde foi possível destacar e propor metodologias de participação popular eficientes e que realmente incentivem o exercício da cidadania por parte da população; e o princípio 6, pautando as necessidades acadêmicas para o desenvolvimento de tecnologias mais acessíveis, sustentáveis e o fortalecimento da integração entre academia e sociedade civil através da extensão universitária. Ao mesmo tempo, os extensionistas estiveram presentes na redação de todo o documento, trazendo não só perspectivas populares, mas atuando também na desmistificação de conceitos teóricos e na tentativa de atingir uma linguagem universal.

Figura 1: Capa da Cartilha Para uma Transição Energética Justa do Petróleo.

Além da elaboração teórica, a equipe de design do projeto LUPPA Rio participou da estruturação gráfica do material. A Figura 1 mostra o resultado da capa do documento, o qual foi elaborado em parceria entre os setores de design gráfico tanto do LUPPA Rio quanto do Arayara.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A cartilha "Cartilha para uma Transição Energética Justa do Petróleo" foi apresentada na 27ª Conferências das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima, no dia 16 de novembro de 2022, em Sharm El Sheikh, no Egito. A apresentação ocorreu no Painel de Organizações da Sociedade Civil Brasileiras e teve diferentes agentes políticos na apresentação. Entre eles, cabe destacar Marina Silva, Rodrigo Agostinho e Jean Paul Prates, políticos importantes no cenário ambiental brasileiro e que assumiram no Governo Nacional de 2023, respectivamente, o Ministério do Meio Ambiente e Mudanças Climáticas, a presidência do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Renováveis – IBAMA, e a presidência da Petrobrás.

A cooperação interinstitucional para a elaboração da cartilha resultou em diferentes elogios e reverberações. Nesse sentido, destaca-se o papel da extensão universitária nesse debate. As universidades, públicas ou privadas, devem ser a ponte entre a população e o Governo. No Brasil, as instituições públicas de ensino possuem três pilares que garantem a sua função social: o ensino, a pesquisa e a extensão. Quando se fala de Transição Energética Justa, a pesquisa é o alicerce que vai auxiliar o desenvolvimento de novas tecnologias que sejam mais eficientes, responsáveis e menos impactantes. Simultaneamente, a extensão universitária tem o dever de levar o conhecimento desenvolvido dentro das universidades para os cidadãos de forma compreensível, colaborando para o empoderamento científico e político da população.

Ter um projeto de extensão ativo na elaboração de um documento com um alcance político forte é importante. Isso se explica, pois, como conceituado, esses projetos devem servir à comunidade através de conexões que facilitem o acesso da sociedade civil à produção científica da academia. Esse contato é essencial para o fortalecimento da participação popular na construção de políticas públicas, o que as torna mais democráticas.

O projeto LUPPA Rio possui como objetivo principal o fortalecimento do acesso e participação popular na construção de políticas públicas ambientais. Nesse sentido, atuou de forma ampla, auxiliando no embasamento legislativo, na perspectiva acadêmica sobre TEJ, na realização de entrevistas com especialistas da Universidade e na busca ativa por lideranças comunitárias de diferentes regiões do país. Cabe ressaltar, que o projeto teve papel fundamental na elaboração do conteúdo do documento, através da reiteração da necessidade de uma escrita simplificada e informativa, para que mais pessoas possam se apropriar do conhecimento exposto. Por fim, houve participação significativa na elaboração do design gráfico do documento, no objetivo de torná-lo mais compreensível e visualmente agradável.

CONCLUSÕES

A partir do exposto, percebe-se que para debater políticas públicas, de diferentes temas e esferas, deve-se introduzir a extensão universitária, como uma perspectiva importante para a democratização da construção desses atos. No que tange a Cartilha para uma Transição Energética Justa do Petróleo, o projeto de extensão foi essencial para conectar as diferentes esferas, através de um discurso responsável, consciente e realista das situações socioeconômicas dos territórios.

O grupo de trabalho ainda permanece ativo, pensando em propostas que transcendam o apresentado na cartilha, no intuito de elaborar ideias para a administração pública em formas de atos legislativos. Já estão sendo programados eventos em São Paulo e no Rio de Janeiro, para difusão dos debates da Cartilha e para a potencialização de uma ideia de transição energética que seja viável e responsável com as demandas ambientais, sociais e climáticas da atualidade.

A apresentação da Cartilha aconteceu no Egito, para importantes representantes políticos. Contudo, o grupo de trabalho está programado para realizar diferentes apresentações regionais, ideia a qual foi concebida pela extensão universitária. Então, pretende-se apresentar a cartilha na sede do sindicato integrante, nas duas universidades representadas, e em Brasília, para o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.

O Projeto de Extensão LUPPA Rio construiu um núcleo para o debate da TEJ que hoje se organiza como o Fórum Popular para Transição Energética Justa do Estado do Rio de Janeiro, onde o projeto de extensão, em parceria com as instituições integrantes do GT e outras organizações visam entender as percepções da sociedade civil sobre a geração energética, assim como cooptas as demandas sociais para o setor, subsidiando políticas públicas que levem em consideram as necessidades da população. Em somatório, o projeto já estabeleceu parceria com a Frente Parlamentar por Justiça Climática da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro – ALERJ, a fim de progredir nas proposições de políticas públicas relacionadas à TEJ e a outras pautas socioambientais do estado.

Recomenda-se então, o fortalecimento das politicas educacionais voltadas à extensão universitária afim de auxiliar projetos a impactarem a sociedade positivamente, não só no debate descentralizado sobre o setor energético, mas sim sobre as diferentes pautas socioambientais existentes no território brasileiro que precisam da mediação responsável, respeitosa e capacitada de graduandos com vontade de exercer a função social das universidades e da sua profissão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ONU. Organização das Nações Unidas. *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*. 2022. Disponível em <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em 18 de outubro de 2022.
2. ONU. Organização das Nações Unidas. *Eventos climáticos extremos aumentam em frequência; relatório pede ação precoce*. 2020. Disponível em <https://brasil.un.org/pt-br/95478-eventos-climaticos-extremos-aumentam-em-frequencia-relatorio-pede-acao-precoce>. Acesso em 18 de outubro de 2022.

3. OBSERVATÓRIO DO CLIMA. *Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa: Emissões Totais*. Brasil, 2021. Disponível em <https://plataforma.seeg.eco.br/total_emission>. Acesso em 18 de outubro de 2022.
4. EPE. Empresa De Pesquisa Energética. Balanço Energético Nacional - BEN, Brasil, 2022. Disponível em <https://www.epe.gov.br/sites-pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/PublicacoesArquivos/publicacao-675/topico-631/BEN_S%C3%ADntese_2022_PT.pdf>. Acesso em 19 de outubro de 2022.
5. IEA. *International Energy Agency*. *Energy Statistics Data Browser*, 2022. Disponível em < https://www.iea.org/data-and-statistics/data-tools/energy-statistics-data-browser?country=WORLD&fuel=Energy%20supply&indicator=TESbySource>. Acesso em 17 de novembro de 2022.
6. IPCC. *Intergovernmental Panel on Climate Change*. Sixth *Assessment Report* – AR6. Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA. Disponível em < https://www.ipcc.ch/assessment-report/ar6/>. Acesso em 15 de janeiro de 2023.
7. FORPROEX. Fórum de Pró-Reitores das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras. Política Nacional de Extensão Universitária. Manaus, 2012. Disponível em < https://xn--extenso-2wa.ufrj.br/images/LEGISLACAO/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf>. Acesso em 15 de janeiro de 2013.